

Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI - SERASA

Requerimento
(Do Sr. Luiz Alberto – PT/BA)

Solicita relatório detalhado sobre
a inadimplência no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal e no art. 36, inciso II, do Regimento Interno, solicito a V.Exª sejam adotadas as providências necessárias para requisitar relatório detalhado sobre o perfil da inadimplência no Brasil junto à SERASA, contendo as seguintes informações:

1- Número de consumidores (valores absolutos) que estão inscritos como devedores inadimplentes há mais de 3 (três) anos neste serviço cadastral, discriminado por unidade da federação;

2- Número total de consumidores (valores absolutos) inscritos como devedores inadimplentes neste serviço cadastral, discriminados por unidade da federação;

3- Número de consumidores (valores absolutos) que estão inscritos como devedores inadimplentes há mais de 3 (três) anos neste serviço cadastral, discriminado por unidade da federação, em virtude de dívidas **junto às administradoras de Cartões de Crédito**;

4- Número total de consumidores (valores absolutos) inscritos como devedores inadimplentes neste serviço cadastral, discriminados por unidade da federação, em virtude de dívidas **junto às administradoras de Cartões de Crédito**;

5- Número de consumidores (valores absolutos) que estão inscritos como devedores inadimplentes há mais de 3 (três) anos neste serviço cadastral, discriminado por unidade da federação, em virtude de dívidas decorrentes da **emissão de cheque sem provisão de fundos**;

6- Número total de consumidores (valores absolutos) inscritos como devedores inadimplentes neste serviço cadastral, discriminados por unidade da federação, em virtude de dívidas decorrentes da **emissão de cheque sem provisão de fundos**.

Tais informações se mostram relevantes face ao advento do Novo Código Civil, que estabelece em seu art. 206, parágrafo 3º, VIII, o prazo de três anos para a prescrição de dívidas fundadas em títulos de crédito, salvo lei especial. Uma vez consumada a prescrição a cobrança da dívida, o cadastro do inadimplente deve ser excluído.

Atentando-se ao que estabelece a norma, extinta a exigibilidade da dívida, o nome do consumidor ao final desse período, não pode mais ser informado como inadimplente no caso de consulta de crédito por empresas. Entretanto existem indícios de que os serviços cadastrais de proteção ao crédito insistem em ignorar a norma do Código Civil e continuam a manter registros de consumidores inadimplentes cuja dívida já está prescrita. Nesse sentido, faz-se necessário confirmar essas informações a fim de que se levante o número de consumidores eventualmente lesados por essa instituição e para que se adotem as providências cabíveis para cessar tal ilegalidade.

Sala das Sessões, em de..... de 2003.

Deputado Luiz Alberto